

ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS NO CAMPO DA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Gabriel Humberto Muñoz Palafox ¹

TELLO, Cesar Tello; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (Orgs). **Estudos Epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

A importância de apresentar um resumo de cada um dos capítulos que compõem o livro organizado por Tello e Almeida reside, para mim, no fato de que esta obra deveria ser utilizada para subsidiar a formação epistemológica dos alunos que realizam cursos de mestrado nas áreas de políticas educacionais no Brasil.

Parte dos motivos que justificam uma proposição desse tipo, relaciona-se com o fato de que, na qualidade de docente do curso de mestrado em Educação da Faculdade de Educação da UFU desde 2005, tem sido possível constatar a profunda “fragilidade” que parte significativa dos nossos alunos apresenta no momento de iniciar as suas pesquisas em termos daquilo que os organizadores do livro denominam de “posicionamentos e perspectivas epistemológicas” com suas respectivas implicações políticas e acadêmicas. Isto, além de concordar quando Tello e Almeida afirmam que toda pesquisa direcionada para o estudo das políticas educacionais deve ser fundamentada epistemologicamente, diante da constatação de que *em muitas investigações em política educativa não se deixa claro “desde onde se investiga”* (p.18).

Para tanto, Tello e Almeida partem da obra do sociólogo Pierre Bourdieu para apresentar a pesquisa em políticas educacionais como um “campo científico” emergente e em vias de conformação, que pode ser caracterizado por meio de eixos constitutivos, a saber:

1. Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo na política educativa.

¹Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: gabmpalafox@hotmail.com

2. Debates Epistemológicos em Política Educativa.
3. Epistemologias para análise e a investigação em Política Educativa.
4. História do campo da Política Educativa.
5. Investigação analítica de autores referentes em Epistemologia, política educativa e realidade na América Latina.

Em seguida, depois de realizar uma breve e contundente crítica à globalização capitalista, e da necessidade de perguntar, nesse contexto, *de onde se produz o conhecimento? E para quem?* (p.12), os organizadores do livro procuraram respostas no estudo “*onto-epistemológico*” do conhecimento, desde onde concluem e *decidem* que *as pesquisas em política educativa não são neutras e assim se apresentam como campo dos estudos epistemológicos em política educativa, que se cristaliza no enfoque das epistemologias da Política Educativa (EEPE)* (p.12).

Além de alertar para o fato de que o EEPE não deve ser assumido como um instrumento de natureza prescritiva para saber como se deve investigar em política educativa, Tello e Almeida apontam para o fato de que utilizaram o termo epistemologia em plural por considerar que existem *diversos posicionamentos e perspectivas epistemológicas para desenvolver e levar a cabo uma investigação em política educativa, isto é: existem diversas epistemologias de política educativa* (p.13).

Os posicionamentos “políticos e ideológicos” repousam na perspectiva epistemológica do pesquisador. Tais posicionamentos podem ser de naturezas neoinstitucionalista, o institucionalista, clássica ou jurídico-legal, construtivista-política, eclética, pós-moderna, pós-modernista, hiperglobalista, estética, neoliberal, funcionalista, crítica, crítico-radical e crítico-analítica, dentre outros.

No que diz respeito às perspectivas epistemológicas, as mesmas são compreendidas como “teorias gerais” ou “cosmovisões” orientadoras e guias da pesquisa, tais como o marxismo, neo-marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo e o positivismo.

Nesse contexto, o conteúdo do livro é dividido em duas partes e um Posfácio de autoria dos organizadores do livro. A primeira, intitulada *Perspectivas Epistemológicas para a análise de políticas educativas*, é organizada em quatro capítulos e a segunda, com o título de *Perspectivas epistemológicas para análise de políticas educativas*, consta de três capítulos, todos escritos por diferentes autores.

No primeiro capítulo, tomando como referência uma análise sobre como Antônio Gramsci se “reapropriou” do marxismo enquanto “Filosofia da Práxis”, Maria de Lourdes. P. de Almeida e Sidney R. da Silva refletem criticamente o caso da pesquisa das políticas educacionais fundamentados na proposição dos organizadores do livro a respeito da Epistemologia enquanto

perspectiva e posicionamento *com uma conotação social, política e cultural do conhecimento e da investigação* (p.19).

Interessante notar aqui, o “tratamento didático” dado aos conceitos “gramscianos” como hegemonia, bloco histórico sociedades civil e política, consenso, autonomia relativa entre as estruturas econômica e social e *práxis*, os quais são utilizados para contextualizar, descrever e analisar criticamente o papel dos intelectuais e sua relação com as perspectivas e posicionamentos epistemológicos na realização de suas pesquisas no campo das políticas educacionais.

O capítulo II, escrito por Gisele Masson, analisa a pesquisa em políticas educativas a partir da teoria marxista com a pretensão de trazer contribuições e orientações, alertando, também, que não pretende apresentar prescrições a serem seguidas. E, depois de fazer uma série de considerações iniciais sobre o campo e a importância do pesquisador explicar a perspectiva epistemológica utilizada nas suas análises, formula aspectos considerados centrais da elaboração marxiana sobre a problemática do conhecimento e sua relação com a pesquisa em política educativa.

Dentre as considerações, Masson parte da tese de que as *políticas educativas na América latina ainda são um campo em construção, considerando que as investigações ainda carecem de referenciais analíticos consistentes e uma definição mais clara do objeto de investigação* (p.56), assim como também reforça as ideias de Tello e Mainardes quando afirmam que em boa parte dos estudos, existe uma ausência de posicionamento epistemológico do pesquisador, da pesquisa e, em alguns casos a inclusão de matrizes epistemológicas que geram investigações com pouca consistência teórica em sua análise e resultados. Aspectos este que resultam em atentados contra a *solidez e coerência do processo de investigação* (p.57).

A partir de tais considerações a autora desenvolve uma interessante reflexão sobre a problemática da construção do conhecimento na perspectiva marxista, onde a partir da recuperação de categorias centrais tais como o trabalho, as relações sociais de produção, alienação, ideologia, Estado e emancipação humana, procura demonstrar, dentre outros, que *não há neutralidade na produção de conhecimento, pois todo o processo que envolve conhecimento está atrelado ao intercâmbio material dos homens* (p.61), assim como também evidenciar a importância da relação de pesquisas em políticas educativas *que articulem as categorias do método (contradição, práxis, mediação, totalidade) com o conteúdo da obra marxiana* (p.73).

No capítulo terceiro, Xavier Bonal, Aina Tarabini e Antoni Verger procedem a uma análise da obra de Rogel Dale, no âmbito da sociologia da educação e da política educativa. Para tanto organizam o trabalho em três eixos considerados pontos de inflexão dos estudos epistemológicos e de reação às orientações teóricas dominantes no cenário da sociologia da educação e dos estudos de educação comparada.

No primeiro eixo, os autores procuram centrar-se no contexto dos grandes debates da sociologia da educação dos anos 1970 e 1980 dentro dos quais, Dale trouxe significativas contribuições ao fazer a crítica à ausência do Estado na dimensão política na análise das relações entre educação e sociedade. No segundo eixo é realizada uma análise sobre o que seria a *segunda reação epistemológica de Dale: a das consequências teóricas da globalização no estudo da mudança educativa* (p.78). E, no terceiro eixo é realizada uma análise das consequências metodológicas das teses de Rogel Dale, dentre as quais, uma crítica *ao imobilismo metodológico das ciências da educação, passivas diante as profundas transformações do papel do Estado e das próprias funções da educação no contexto da globalização* (p.78).

No quarto capítulo, Nicolas Isola e Mariano Amar refletem criticamente a as implicações intelectuais da teoria de Pierre Bourdieu no campo acadêmico da educação argentina entre 1971 e 1989 por meio de um resgate da “teoria do campo científico proposta pelo sociólogo francês, dentro do qual foi cunhado, dentre outros, o famoso conceito de *hábitus*, seguido de um estudo das apropriações intelectuais dessa teoria no contexto da educação argentina em três períodos divididos temporalmente. Um relacionado as apropriações intelectuais da obra de Bourdieu no período 1971-1976, considerado um período de *radicalização político-pedagógica* (p.118). O segundo, que trata das apropriações intelectuais do sociólogo francês nos projeto de Desenvolvimento e Educação na América e o Caribe da Cepal e Educação e Sociedade da FLACSO Argentina no período 1976-1982. Finalmente, os autores tratam da passagem da teoria de Bourdieu para a *planificação de certas políticas educacionais* no período 1983-1989.

Dentre outros aspectos, os autores destacam que o uso e as apropriações de Bourdieu se ressentem de uma fragmentação e falta de sistematicidade dentro do campo educacional argentino, o qual é considerado periférico, devido a restrições tais como a disponibilidade das traduções, *a própria configuração dos campos locais e os contextos (estabilidade/instabilidade) políticos e sociais* (p.133), assim como também,

baixa autonomia do microcosmo científico argentino, a escassa socialização de conhecimento entre pares-competidores, a forte dependência do mercado gerado pelas políticas estatais, e a exígua discussão [que] têm restringido e fragmentado os usos da teoria de Bourdeau nos debates político-pedagógicos argentinos e a passagem das suas ideias (mediadas e fragmentadas) em relação a algumas políticas educativas durante a transição democrática (p.133-34).

Na segunda parte do livro, no capítulo quinto, Jefferson Mainardes e Luis Armando Gandin apresentam o que consideram as principais características da abordagem do ciclo de políticas brasileiras na perspectiva do enfoque epistemológico, tal como proposto pelos organizadores do livro.

Desta forma, Mainardes e Gandin contextualizam a constituição do campo das políticas educacionais brasileiras, cuja pesquisa começou a se desenvolver de forma sistematizada a partir de meados do século XX, seguido de uma breve descrição e análise dos seus principais enfoques e tendências.

Nesse contexto, os autores destacam, de modo geral, que a partir da década de 1970 uma parte significativa dos estudos de políticas educacionais esteve fundamentada em uma perspectiva teórica marxista e outra em abordagens lineares de pesquisa sobre políticas. Assim como também afirmam que este no final dos anos 1990 este campo de pesquisa, além de novo, ainda não estava consolidado, assim como também até o final dos anos 2000, era possível observar a escassez de bibliografia sobre referenciais teórico-metodológicos para análise de políticas por falta de interlocução com os campos da Ciência Política e das Ciências Sociais.

Posteriormente, na segunda parte do capítulo, os autores realizam uma análise da *abordagem do ciclo de políticas no Brasil* a partir da obra de Ball e colaboradores, seguido da análise desta mesma abordagem como epistemologia e suas “potencialidades” para a pesquisa sobre políticas educacionais, onde além de reafirmar a sua importância concluem que está é *uma abordagem que exige do pesquisados este trabalho denso de articulação, de construção de um referencial teórico-metodológico que dá a ela um forte potencial de captura da complexidade das políticas públicas* (p.160).

A seguir, César Tello e Jorge Gorostiaga descrevem e avaliam o enfoque da “Cartografia Social” utilizado no estudo e análise das políticas educativas. Resumidamente, para os autores,

A cartografia social como enfoque tem sua importância na análise das políticas educativas na busca das implicações da multiplicidade de discursos ou perspectivas discursivas, assim como a sua interpelação, constituindo como uma ferramenta de análise sumamente valiosa que pode ser combinada com outros métodos e técnicas para o estudo crítico de diversos problemas educativos (p.21).

No último capítulo do livro, Renata Giovine e Juan Suásnabar apresentam uma discussão destinada a contribuir com a análise política dos textos jurídicos educativos produzidos na Argentina no passado e na atualidade, perguntando-se se é possível realocar tais textos como analisadores de políticas educativas em um enfoque que não subtraia seu caráter político. Nesse contexto, os autores referem-se posicionamento “neoinstitucionalista” da política educativa ocorrida nos anos 1980, seguido de uma descrição do que consideram as principais contribuições epistemológicas e metodológicas contidas na abordagem pós-estruturalista da análise política, as qual consideram estar munida de um “maior potencial explicativo” que a abordagem neoinstitucionalista por enfatizar *o relacional, plural, histórico,*

heterogêneo e conflitante do processo de elaboração e definição da legislação que regula e orienta – ainda limitado a – sistemas educacionais (p.204).

Como parte do estudo realizado pelos autores, convêm destacar que o enfoque por eles utilizado, permitiu identificar, em termos gerais, que o processo sobre o qual vem se conformando e modificando o “andaime jurídico-institucional” que organiza a educação escolarizada estatal e não estatal, tem sido construído por meio da apresentação de textos de natureza prescritiva e universalizante que, por sua vez, *constroem e conduzem sentido para impor e se tornarem hegemônicos, mas o que articula em diferentes racionalidades políticas de tempos e espaços heterogêneos, outorgando essa característica distintiva de hibridéz (p.222).*

Para terminar, Cesar Tello e Maria de Lourdes Pinto de Almeida escrevem no Pós-fácio, que a compreensão dos processos político-educativos como processos emancipatórios possibilita, por assim dizer, *o papel do intelectual orgânico como parte de um organismo vivo que se interliga a um projeto de sociedade onde não mais se justificam a produção de conhecimento como ações isoladas, desagregadas e despolitizadas (p.230).*

Retomando em parte autores citados no transcorrer do livro tais como Gramsci e Marx, dentre outros, além de reafirmar questões importantes como a existência da luta de classes, os organizadores do livro explicitam também a importância de contar com intelectuais cuja posição epistemológica seja de fato assumida como uma posição política e ética frente à realidade educativa, sob pena de correr o risco de situar-se em questões meramente procedimentais e técnicas.

Finalizando, os organizadores do livro nos convidam a *deixar posturas que tentam nos convencer que somente importa o “que funciona” como se elas fossem neutras (p. 240)* lembrando o filósofo mexicano Adolfo Vasquez quando afirma que a despolitização cria, assim um imenso vazio nas consciências que só pode ser útil à classe dominante que o preenche com seus atos, preconceitos, hábitos, lugares comuns e preocupações que, enfim, contribuem para manter a ordem social vigente (p.240).